



**PROGRAMA 'UNIVERSIDADE PARA TODOS' X INCLUSÃO SOCIAL:
PERCEPÇÕES DOS ACADEMICOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE UMA
IES CATARINENSE**

MARCELA OTÁVIO RODRIGUES

Faculdade Avantis

marcelaotavio56@gmail.com

ANDREIA MARTINS, DRA.

Faculdade Avantis

andreia.martins@avantis.edu.br

GILMAR DA SILVA, ME.

Faculdade Avantis

gilmar.silva@avantis.edu.br

RESUMO

Esse estudo teve como objetivo identificar e analisar se há ou não a percepção sobre a inclusão social por parte dos acadêmicos do curso de Administração de uma Instituição de Ensino Superior privada, localizada em Balneário Camboriú (SC), Brasil em relação ao Programa Universidade para Todos (ProUni). A pesquisa foi realizada por meio do método qualitativo/quantitativo no período de março a junho de 2018, sendo a amostra composta por 72 acadêmicos das fases iniciais às concluintes, beneficiários ou não da referida bolsa, em quantidade proporcional. A partir da análise dos resultados conclui-se, que na percepção dos acadêmicos, o ProUni é um programa que promove a inclusão social mesmo que não considere a permanência do bolsista, somente o seu acesso.

Palavras chave: ProUni. Inclusão Social. Evasão dos Bolsistas.

1. INTRODUÇÃO

O Programa ‘Universidade Para Todos’ (ProUni), criado em 2005 pelo Governo Federal, contribui para o acesso de estudantes financeiramente impossibilitados ao ensino superior com bolsas parciais ou integrais em cursos de graduação, destinado a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior. O número de estudantes beneficiados pelo programa é significativo. De 2005/02 a 2017/02 o Programa já beneficiou mais de 3,100.00 (três milhões e cem mil) estudantes em período integral e parcial. (MEC, 2017)

Para participar do processo seletivo é necessário que o candidato às bolsas integrais comprove renda bruta mensal de até um salário mínimo e meio. Para bolsas parciais, a comprovação exigida é de até três salários mínimos por pessoas.

No entanto, desde que foi instituído, o ProUni tem causado controvérsias sobre seus efeitos na educação superior, pois além da finalidade de assegurar o direito à educação superior em instituições privadas, o programa preenche vagas ociosas e essas instituições recebem incentivos fiscais contemplados na legislação tributária em vigor.

Por meio da coleta de dados para este estudo, tornou-se perceptível a vastidão que representa o número de alunos que deixam o curso mesmo tendo a mensalidade garantida pelo benefício e mesmo considerando a inviabilidade para custear a graduação.

Frente o exposto, esse estudo visa responder a seguinte questão problema: Qual a percepção dos acadêmicos do curso de Administração de uma IES catarinense, localizada no município de Balneário Camboriú em relação à inclusão social promovida por meio da oportunidade de bolsa através do ProUni?

Com base no questionamento supramencionado estima-se que o resultado da pesquisa será positivo no que diz respeito à satisfação do público-alvo deste estudo relacionada à inclusão social a partir da oportunidade de bolsa estudantil por meio do Programa em questão.

Portanto, este estudo tem como objetivos: analisar a percepção desses acadêmicos no que diz respeito a inclusão social por oportunidade de bolsa; analisar o impacto do ProUni sobre a vida social dos beneficiários do programa; identificar a percepção dos estudantes sobre a permanência dos bolsistas, já que o programa garante apenas o acesso ao ensino superior, e; analisar se há diferença entre a percepção do bolsista e a percepção do não bolsista.

Essa pesquisa se justifica pelo fato de o número de candidatos inscritos para concorrer a uma bolsa de estudos por meio do Programa ‘Universidade para Todos’ crescer a cada ano. Com isso, as Instituições de Ensino Superior (IES) devem atender à demanda de alunos ingressantes a partir do programa. A dificuldade de permanência do acadêmico torna-se um impasse, já que gastos são inevitáveis durante esse período e o programa garante apenas o acesso. No entanto, o ProUni assume considerável proporção dos custos, tornando boas as percepções por meio das atuais políticas públicas, justifica-se também em tornar conhecimento científico o que se tem apenas como percepção empírica sobre o assunto.

2. GESTÃO UNIVERSITÁRIA

Em relação aos países europeus, norte-americanos e latinos, o Brasil iniciou o ensino superior tardiamente. Até a década de 30 no século XX (20), quando foi fundada a primeira universidade no Brasil, existiam apenas as faculdades isoladas e os cursos profissionalizantes (CUNHA; PINTO, 2009)

Os desafios da gestão universitária são muitos! Problemas característicos do setor como inadimplência, aumento da competição, avaliações do MEC, entre outros, são desafiadores para o gestor e podem fornecer subsídios importantes para o aprimoramento da gestão que trabalha com o objetivo final de educar as futuras gerações (SILVA; SARRACENI, 2012, p. 25).

Interpreta-se que para que ajam melhorias sociais e econômicas mediante o compromisso com a formação científica, tecnológica e ética dos acadêmicos é indispensável que exista uma colaboração entre a gestão e o pedagógico (SILVA; SARRACENI, 2012).

De acordo com Silva e Sarraceni (2012), os modelos de gestão devem sempre estar em evolução, junto com o processo de transformação e adaptação do ensino superior, pois todas as organizações estão sujeitas a interferências externas da mudança social e dos costumes, todavia o compromisso com a educação jamais deve ser esquecido.

O sistema de educação superior brasileiro é constituído por Instituições públicas que são criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, e instituições privadas que são criadas por credenciamento junto ao Ministério da Educação (MEC) e são mantidas e administradas por pessoa física ou jurídica de direito privado, podendo ter ou não fins lucrativos. Além disso, as instituições de ensino superior podem ser classificadas academicamente em Universidades que existe a obrigação para que sejam desenvolvidas regularmente e de forma institucionalizada as atividades de ensino, pesquisa e extensão; Centros Universitários pela oferta do ensino, pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar; e as Faculdades que embora também devam zelar pela qualidade do ensino superior ministrado, não estão obrigadas a manterem programas institucionais de pesquisa (BRASIL, 2006).

As instituições de ensino superior brasileiras Públicas e Privadas são submetidas a diferentes procedimentos de criação e credenciamento. O Credenciamento concedido pelo poder público é temporário [...] O processo de credenciamento das instituições privadas é conduzido pela Secretaria de Educação Superior (SESu), pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) do Ministério da Educação. A entidade mantenedora deve formalizar a solicitação de credenciamento da instituição de ensino à SESu e aguardar o ato de credenciamento para poder dar início ao funcionamento (BRASIL, 2006).

A missão das universidades, sejam elas públicas ou privadas, deve responder às demandas da comunidade e sociedade onde está inserida, também deve contribuir para a igualdade de oportunidade aos jovens que buscam seus serviços gerando mais pessoas formadas, mestres, doutores, mais artigos periódicos e livros (CASTRO et al., 2005).

2.1 PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS – PROUNI x INCLUSÃO SOCIAL

Criado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, o ProUni é o programa do Ministério da Educação que concede bolsas de estudo integrais (100%) e parciais (50%) em instituições privadas de ensino superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros, sem diploma de nível superior, onde os candidatos são pré-selecionados a partir da nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Para conquistar a bolsa por meio do ProUni, segundo a Lei nº 11.096 (BRASIL, 2005), o MEC Instituiu que as bolsas integrais e parciais serão concedidas por instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. Para a obtenção da bolsa são necessários alguns requisitos, como não ter outra graduação e renda mensal per capita superior a 1 salário mínimo e meio, quando se trata de bolsa integral, já quando são bolsas de 50% ou

25% a renda per capita deve ser menor ou igual a três salários-mínimos. A bolsa deve ser renovada a cada semestre ou ano dependendo da instituição. Quando se trata de bolsas parciais os descontos oferecidos pela instituição deverão ser considerados também caso o acadêmico se encaixe nas regulamentações da instituição.

A Lei continua dizendo que as bolsas serão destinadas apenas a estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em escolas da rede pública de ensino ou que tenham tido bolsa integral em escolas privadas; a estudantes portadores de deficiência nos termos da lei e, independente da renda, a professores da rede pública de ensino para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia.

O sucesso do programa é inegável, pois desde sua criação. Ao todo, de 2005 a 2017/2, foram ofertadas no país mais de 3 milhões de bolsas, sendo que 57% delas é do tipo integral (100% gratuita) (MEC, 2018).

Em 2005 foram oferecidas 112.275 bolsas de estudo por meio do Programa, já em 2014 esse número subiu para 306.726, um aumento de mais de 270% mostrando o crescimento significativo de bolsas ofertadas pelo programa.

Mello, Bergano e Mello (2009) afirmam que a criação do Programa Universidade para Todos traz a possibilidade dos estudantes de baixa renda de constituir um futuro melhor, ter uma profissão e contribuir com o desenvolvimento do país onde o governo usa da retórica de que o caminho para a solução dos problemas é a educação como uma oportunidade de ascensão social.

Mittler (2003) diz que a inclusão é o coração das políticas educacional e social, pois no âmbito da educação o objetivo é assegurar que todos tenham as mesmas oportunidades oferecidas. O autor ainda diz “A Inclusão [...] é baseada em um sistema de valores que faz com que todos se sintam bem-vindos e celebra a diversidade que tem como base [...] a raça, a linguagem de origem, o *background* social, o nível de aquisição educacional [...]” (MITTLER, 2003, p. 34).

Corrêa e Santos Filhos (2014) mostram argumentos favoráveis e não favoráveis sobre o ProUni. Nos argumentos favoráveis é muito falado sobre o processo de democratização do ensino superior, é sempre abordada a necessidade do atendimento às categorias menos favorecidas, considerando o programa como uma mudança política educacional, é visado o impacto que o programa vem causando na vida de estudantes que jamais teriam acesso ao ensino superior. E como forma de provar as declarações os favoráveis ao programa afirmam “[...] é papel do Estado contribuir para que seja oferecida oportunidade de educação principalmente para as pessoas menos favorecidas da sociedade, as quais, sem essas não teriam oportunidade de acesso ao ensino superior ” (CORRÊA; SANTOS FILHO, 2014 p.13).

Os autores mostram que os argumentos mais utilizados para ir contra o programa é o caráter de renúncia fiscal, ou seja, a garantia de isenção de imposto. Um ponto congruente dos autores sobre o programa é a sua característica assistencialista que além de isentar as IES privadas de impostos, paga pelas suas vagas ociosas. Os críticos argumentam que o fato das faculdades aderirem a esse programa provoca massificação do ensino superior o que acende a ambição das IES privadas afetando a qualidade de ensino. Também alegam que do ponto de vista jurídico, o programa torna-se inconstitucional, pois ele não garante permanência e é falho em condições de estrutura (CORRÊA; SANTOS FILHO, 2014).

2.2 EVASÃO DOS ALUNOS BOLSITAS DO PROUNI

Dias Sobrinho (2010) explica que o evidente interesse das IES em disputar as matrículas de beneficiários de políticas públicas está associado à ociosidade e à evasão, o que

indica que há uma grande disponibilidade de vagas no setor privado, essas vagas são superiores a 25% e, certamente, incluem as carências econômicas.

Em 2005 foram efetuadas 112 mil matrículas, entretanto, somente 95 mil estudantes permaneceram matriculados, a taxa de evasão nesse exemplo é de 15% e pode estar associada a vários casos, sejam de insatisfação com o curso, ou dificuldades financeiras (CARVALHO, 2006).

De acordo com Santana (2009) o Governo não dá o suporte adequado para permanência do educando no ensino superior, vez que, mesmo com bolsa não tem condições de custear as despesas geradas durante toda a graduação, sendo que diferentemente dos alunos de universidades públicas, os das privadas não contam com moradia estudantil, restaurantes universitários, etc. Para a resolução desse problema o Governo Federal criou algumas medidas como o convênio firmado com a Caixa Econômica Federal onde a mesma reserva vagas de estágio para alunos bolsistas. O Governo também estabeleceu a Bolsa Permanência, por meio da Lei nº 11.096 (BRASIL, 2005).

Art. 11. Fica autorizada a concessão de bolsa-permanência, até o valor equivalente ao praticado na política federal de concessão de bolsas de iniciação científica, exclusivamente para custeio das despesas educacionais, a estudantes beneficiários de bolsa integral do Programa Universidade para Todos (ProUni), instituído pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, matriculado em curso de turno integral, conforme critérios de concessão, distribuição, manutenção e cancelamento de bolsas a serem estabelecidos em regulamento, inclusive quanto ao aproveitamento e à frequência mínima a ser exigida do estudante. (BRASIL, 2005).

Contudo evidencia-se que a democratização da educação superior não se limita a ampliação de oportunidades de acesso e criação de mais vagas, pois mesmo que esses jovens tradicionalmente desassistidos sejam assegurados pelas bolsas ele vem de uma situação econômica deficiente onde torna-se imprescindível que lhes sejam assegurados também os meios de permanência. Sendo assim, as condições adequadas para a boa realização dos estudos tornam-se essenciais para o processo de democratização (DIAS SOBRINHO, 2010).

3. METODOLOGIA

Para se chegar aos resultados dessa pesquisa foi realizado um levantamento para coleta de dados, por meio de questionário, aplicado aos alunos do curso de Administração de uma IES catarinense, localizada no município de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, Brasil.

Quanto ao problema a pesquisa tem abordagem quantitativa e qualitativa, em relação aos objetivos caracteriza-se como descritiva. Sobre o método descritivo Gil (1999), a padronização das coletas de dados é uma das características mais significativas deste tipo de pesquisa. Seu objetivo principal é a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

Foram aplicados 72 questionários, sendo 36 bolsistas e o número contingente de não bolsistas. A maioria dos acadêmicos que participaram do estudo tem entre 21 e 30 anos, sendo em maior quantidade de bolsistas homens e mulheres como maior quantidade de não bolsistas.

4. RESULTADOS

Para a pesquisa em questão optou-se em descrever quem são os entrevistados destacando processo de integração na faculdade, saber se caso não tivesse conseguido uma bolsa do ProUni estaria cursando Administração e se antes de iniciar os estudos tentou bolsa para outro curso.

Para a Tabela 1 foi perguntado aos estudantes quais foram as formas utilizadas para o ingresso na Faculdade Avantis.

Tabela 1 Como foram as etapas para seu ingresso no curso de Administração na Faculdade Avantis?

Questionamentos:	Não Bolsista	Bolsista	Total Geral
Apenas a inscrição no ProUni		28	28
Inscrição no ProUni e Vestibular		3	3
Transferência de outra faculdade	9	1	10
Vestibular	27	4	31
Total Geral	36	36	72

Fonte: Dados Primários, 2018.

É inegável que a maioria dos estudantes bolsistas nem tentaram ingressar no ensino superior se não fosse o auxílio do ProUni, como mostra na tabela com 28 acadêmicos, por isso, a questão utilizada na Tabela 2 informa se o acadêmico estaria cursando Administração caso não tivesse conseguido a bolsa de estudo oferecida pelo governo.

Tabela 2 Caso não tivesse conseguido uma bolsa do ProUni você estaria cursando Administração?

Questionamentos:	Não Bolsista	Bolsista	Total Geral
Não, estaria apenas trabalhando	1	7	8
Não, estaria fazendo outro curso		3	3
Não, pois não tenho dinheiro para pagar a Mensalidade		12	12
Sim	35	14	49
Total Geral	36	36	72

Fonte: Dados Primários, 2018.

A maioria dos estudantes bolsistas representados por 14 acadêmicos, disse que mesmo assim estaria cursando Administração caso não tivesse conseguido a bolsa, no entanto 12 alunos disseram não ter dinheiro para custear as mensalidades o que explica parte das respostas obtidas na Tabela anterior quando boa parte dos estudantes sequer prestou o vestibular e apenas tentaram a bolsa. Dos 10 acadêmicos restantes, 7 disseram que estariam apenas trabalhando e 3 que estariam fazendo outro curso que não fosse Administração.

Na Tabela 3 foi questionado aos acadêmicos se eles tentaram outro curso que não fosse Administração antes do início desse e se a resposta fosse sim qual curso seria.

Tabela 3 Antes de iniciar o curso de Administração, você tentou bolsa para outro curso?

Questionamentos:	Não Bolsista	Bolsista	Total Geral
Não	34	16	50
Sim	2	20	22
Total Geral	36	36	72

Fonte: Dados Primários, 2018.

É possível observar que alunos não bolsistas são muito mais diretos em suas escolhas, pois somente 2 acadêmicos disseram ter tentado outro curso, enquanto a maioria dos bolsistas (20) disseram ter tentado outro curso.

Entretanto, o ProUni sempre dá ao acadêmico duas opções de curso quando ele chega nessa etapa do programa, por isso, acredita-se que esse seja o motivo dessa grande quantidade de bolsistas que tenham tentado outro curso mesmo quando já foi visto que apenas 3 alunos estariam cursando outro curso que não fosse Administração.

Também foi perguntado aos bolsistas qual curso estariam cursando se não fosse Administração e as respostas foram diversas a saber: Ciências Contábeis, Psicologia, Pedagogia, Direito, Engenharia Civil, Engenharia da Produção, Fisioterapia, Gastronomia, jornalismo, História, Medicina Veterinária, Arquitetura e Cosmetologia e Estética. Os cursos mais citados foram Ciências Contábeis (3 vezes) e Psicologia (3 vezes), disciplinas que também estudadas no curso de Administração.

Com o intuito de identificar o impacto do ProUni aos bolsistas entrevistados foi perguntado se foi o ProUni quem garantiu a inserção dos mesmos no Ensino Superior

Tabela 4 O ProUni Promoveu sua inserção na faculdade?

	Bolsista
Discordo Totalmente	1
Discordo Parcialmente	1
Nem concordo, nem discordo	2
Concordo Parcialmente	6
Concordo Totalmente	26
Total Geral	36

Fonte: Dados Primários, 2018.

A partir da Tabela acima é possível afirmar que 10 alunos não concordam totalmente que o ProUni tenha promovido sua inserção na Faculdade. Entre esses 10 acadêmicos, 6 concordam parcialmente, 2 nem concordam ou discordam e outros 2 discordam parcialmente ou totalmente.

Tendo em vista que 4 alunos bolsistas como visto na Tabela 2 entraram na faculdade por meio de vestibular, é plausível que esses alunos não concordem que o programa os tenha inserido na graduação ou estejam em dúvida.

De fato, o ProUni garante acesso ao ensino superior àqueles que passam por todos os processos submetidos pelo MEC, garantindo ao estudante socialmente desassistido uma mudança inegável.

Na Tabela 5 o questionamento é se o ProUni ajuda a promover a inclusão social no Brasil.

Tabela 5 O ProUni ajuda a promover a inclusão social no Brasil?

	Não Bolsista	Bolsista	Total Geral
Discordo Parcialmente	3		3
Nem concordo, nem discordo	4	1	5
Concordo Parcialmente	15	10	25
Concordo Totalmente	14	25	39
Total Geral	36	36	72

Fonte: Dados Primários, 2018.

De forma geral, 39 dos 72 alunos entrevistados concordam totalmente que o ProUni promove a inclusão social no Brasil, sendo 25 bolsistas e 14 não bolsistas, 25 estudantes sendo eles não bolsistas e bolsistas concordam parcialmente, enquanto 5 alunos estão em dúvida a medida que 3 acadêmicos não bolsistas discordam parcialmente.

Como já visto o ProUni tem por objetivo incluir jovens socialmente desassistidos ao Ensino Superior, e vem realmente cumprindo sua promessa desde 2005 quando foi implantado, no entanto Silva (2017) acredita que no atual contexto brasileiro a qualidade do ensino básico e fundamental Público, que é a base da maioria dos beneficiados, dificulta que esses jovens tenham base teórica suficiente para ingressar ou manter-se no ensino Superior Privado, onde o Programa oferece as bolsas.

Associa-se ensino superior completo ou cursando a uma qualidade de vida superior, por isso, na Tabela 6 o questionamento é se o Programa Universidade para Todos melhora a qualidade e/ ou estilo de vida no Brasil.

Tabela 6 O ProUni melhorou a qualidade/ estilo de vida no Brasil?

	Não Bolsista	Bolsista	Total Geral
Discordo Totalmente	4		4
Discordo Parcialmente	1	1	2
Nem Concordo, nem discordo	10	6	16
Concordo Parcialmente	14	12	26
Concordo Totalmente	7	17	24
Total Geral	36	36	72

Fonte: Dados Primários, 2018.

Nota-se que 4 acadêmicos não bolsistas discordam totalmente da afirmativa, ao passo que 2 discordam parcialmente sendo 1 bolsista e o outro não bolsista, estão em dúvida um total de 16 estudantes, concordam parcialmente 14 não bolsistas e 12 bolsistas, enquanto concordam totalmente 7 não bolsistas e 17 bolsistas.

De acordo com a Tabela pode-se afirmar que 50 alunos concordam, nem que seja parcialmente que a qualidade vida melhorou por meio do ProUni. Conforme Koliski (2014) a experiência vivida agora na graduação é totalmente diferente da que os acadêmicos viviam até então, as experiências deixam de ser limitadas e novas portas e caminhos surgem.

A partir da afirmativa acima surge outro questionamento: O ProUni traz ascensão social para seus beneficiados?

Tabela 7 O ProUni traz ascensão social para os beneficiados do programa?

	Não Bolsista	Bolsista	Total Geral
Discordo Totalmente	3		3
Discordo Parcialmente	6		6
Nem Concordo, nem discordo	4	10	14
Concordo Parcialmente	16	15	31
Concordo Totalmente	7	11	18
Total Geral	36	36	72

Fonte: Dados Primários, 2018.

São 49 os estudantes que concordam, nem que seja parcialmente com essa afirmativa, sendo 26 deles bolsistas, discordam parcialmente (6) e totalmente (3) sendo todos não bolsistas, estão na dúvida 14, 10 desses são bolsistas.

Os não bolsistas não vêm relação do ProUni com ascensão social justamente porque como visto na Tabela 2, nenhum deles tentou a bolsa, ou seja, todos, supostamente, têm condição de pagar a faculdade sem precisar de auxílio do governo, logo, isso não faz diferença para eles.

Referente à Tabela 8, o questionamento é se para os acadêmicos do curso de Administração o ProUni traz algum tipo de benefício à sociedade.

Tabela 8 O ProUni é um programa que traz benefícios à sociedade brasileira?

	Não Bolsista	Bolsista	Total Geral
Discordo Totalmente	3		3
Discordo Parcialmente	1		1
Nem concordo, nem discordo	4		4
Concordo Parcialmente	17	8	25
Concordo Totalmente	11	28	39
Total Geral	36	36	72

Fonte: Dados Primários, 2018.

De 72 respondentes 64 acreditam que o ProUni traz benefícios à sociedade, quatro estão em dúvida enquanto outros três discordam totalmente e um discorda parcialmente, sendo que os últimos todos não possuem a bolsa.

É simples entender o motivo de a grande maioria dos acadêmicos principalmente os bolsistas, concordarem com o fato de que o ProUni traz benefícios à sociedade pois como explica Koliski (2014), a importância de uma graduação para os entrevistados é o melhor indicativo de que os beneficiários do Programa buscam mudar a sua realidade social, alterando o mundo onde vivem que apenas fecha as portas e não dá uma chance para uma vida melhor, usando da educação como ponto chave para essa mudança.

Na última Tabela do tema relacionado ao impacto do ProUni na vida dos beneficiados, é questionado se o referido programa ajuda os estudantes a terem uma profissão.

Tabela 9 O ProUni ajuda milhares de estudantes de menor renda a ter uma Profissão?

	Não Bolsista	Bolsista	Total Geral
Discordo Totalmente	2		2
Discordo Parcialmente		1	1
Nem concordo, nem discordo	6	2	8
Concordo Parcialmente	12	9	21
Concordo Totalmente	16	24	40
Total Geral	36	36	72

Fonte: Dados Primários, 2018.

Verifica-se que dois estudantes não bolsistas acreditam que o ProUni não ajuda estudantes de menor renda a terem uma profissão e um aluno bolsista discorda parcialmente, 8 deles, de forma geral, estão em dúvida, no entanto, 61 dos entrevistados concordam total ou parcialmente sendo 24 bolsistas que concordam totalmente e 9 que concordam parcialmente.

Esse número alto era esperado, pois quando se fala em graduação, automaticamente isso se relaciona a um emprego, “[...] para muitos alunos, entrar no ensino universitário pela política do ProUni é ter a oportunidade de abrir portas do “templo da sabedoria e da criatividade” para que se forje o seu processo de poder ser no mundo para realizar os seus sonhos” (KOLISKI, 2014, p. 135).

Contudo entende-se que a graduação vem para melhorar o currículo do indivíduo já que o mercado de trabalho está cada vez mais exigente.

É difícil falar sobre evasão quando se está lidando com pessoas regularmente matriculadas, porém para analisar a permanência dos estudantes no curso de Administração foi questionado a eles, como mostrado na Tabela 10 a seguir, se o ProUni não se preocupa com a permanência dos estudantes no ensino superior.

Tabela 10 O ProUni não se preocupa com a permanência do estudante no ensino superior?

	Não Bolsista	Bolsista	Total Geral
Discordo Totalmente	6	5	11
Discordo Parcialmente	4	7	11
Nem Concordo, Nem discordo	12	6	18
Concordo Parcialmente	8	12	20
Concordo Totalmente	6	6	12
Total Geral	36	36	72

Fonte: Elaborado pela acadêmica, 2018

Identifica-se a partir da Tabela acima que o número de bolsistas que discordam totalmente da afirmativa são 5, enquanto os não bolsistas são 6, e os que discordam parcialmente são 7 e 4 respectivamente. Os não bolsistas são mais indecisos com 12 acadêmicos, enquanto os bolsistas em dúvida são 6. Concordam parcialmente 20 estudantes sendo 12 deles bolsistas e 8 não bolsistas, concordam totalmente 12 alunos sendo 6 deles bolsistas.

A Tabela com números bem divididos não é novidade desde que dificuldade de permanência é muito pessoal pois o Programa garante apenas o acesso ao ensino superior.

O curso de Administração tem duração de quatro anos caso o estudante siga a matriz curricular, e durante esse tempo muitas despesas são geradas.

Silva (2013) acredita que apesar das dificuldades, a oportunidade de bolsa não deve ser questionada como política pública de inclusão, pois o Programa aumenta a perspectiva de entrar em uma faculdade e aumenta a autoestima dos estudantes socialmente desassistidos.

Na tabela 11 foi questionado ao estudante se a bolsa permanência deveria ser aplicada conforme curso e renda do aluno, pois hoje ela só é dada a estudantes matriculados em período integral.

Tabela 11 A bolsa permanência deveria ser aplicada conforme a renda e curso do estudante?

	Não Bolsista	Bolsista	Total Geral
Discordo Totalmente	5	2	7
Discordo Parcialmente		4	4
Nem Concordo, nem discordo	13	16	29
Concordo Parcialmente	11	6	17
Concordo Totalmente	7	8	15
Total Geral	36	36	72

Fonte: Dados Primários, 2018.

A partir da análise da Tabela é possível verificar que 32 alunos concordam parcial ou totalmente com a afirmativa e 14 deles são bolsistas, 29 acadêmicos sendo eles 16 bolsistas e 13 não bolsistas não sabem o que afirmar; e 7 discordam totalmente 2 bolsistas e 5 não bolsistas, já parcialmente discordam 4 alunos sendo todos eles bolsista.

Cursos como Administração não requerem muitos gastos extras com a graduação, diferente de cursos como Arquitetura, Engenharias ou Odontologia, entre outros, que precisam de muitos materiais extras.

A dúvida gerada em 29 acadêmicos pode ser reconhecida pelo fato de o Governo já ajudar bastante apenas com a mensalidade, mas como afirma Dias Sobrinho (2010) de que vale o acesso ao ensino superior se não há formas de se manter no mesmo?

5. CONCLUSÃO

A educação superior é cada vez mais vista como prioridade. As instituições públicas não são capazes de atender toda a demanda de jovens que almejam uma formação superior. A partir dessa necessidade, o Ministério da Educação criou a política pública ProUni que objetiva inserir estudantes de classes mais baixas na educação superior. O programa oferece bolsa integral e parcial em algumas instituições particulares. Vale ressaltar que na Instituição onde a pesquisa foi aplicada são oferecidas apenas bolsas integrais.

Evidenciou-se com essa pesquisa que há um debate amplo acerca do tema. Alguns autores como Corrêa; Santos Filho (2014) e Catani, Hey e Gilioli (2006) dizem haver dúvida sobre o caráter social em relação ao objetivo do programa, pois defendem que o mesmo apenas favorece IES privadas quando preenche vagas ociosas e as incentiva com isenção fiscal. Esses autores acreditam que o programa é falho quando os alunos beneficiados não necessitam somente da gratuidade das mensalidades em si, como também precisam de políticas públicas para conseguir manter-se no curso, que geraria mais gastos ao governo, portanto, não seria viável.

Outros autores como Corrêa; Santos Filho (2014) e Koliski (2014) acreditam que o ProUni muda a vida dos estudantes, principalmente por dar esperança de uma vida melhor, já que um diploma de nível superior é associado às condições de vida melhor, tanto pessoal como profissional. Acredita-se que o programa pode mudar a realidade brasileira onde somente pessoas com alto poder aquisitivo são associadas ao ensino superior. O programa é visto como um instrumento de democratização ao ensino superior, uma vez que busca

permitir acesso a grupos menos favorecidos, podendo gerar melhorias à sociedade como um todo, qualificando mão de obra em várias áreas do conhecimento e podendo atender às diversas atividades.

A partir dessas dúvidas sobre a efetividade da ProUni decidiu-se perguntar aos estudantes beneficiados com a bolsa integral do em uma IES privada e catarinense qual a percepção dos mesmo em relação a inclusão social a partir da oportunidade de bolsa e relacionar com a percepção de não bolsistas em mesma escala.

Conforme analisado, o impacto na vida dos beneficiados mostrou-se positivo uma vez que, a grande maioria dos respondentes beneficiados com a bolsa do ProUni disseram que seu acesso ao ensino superior foi por causa do ProUni, e caso não tivessem referido incentivo não teriam condições de pagarem a graduação ou estariam apenas trabalhando. Quase a totalidade disse que o ProUni promove a inclusão social no Brasil.

Salienta-se, a partir dessas premissas, que a maioria dos estudantes acreditam que o ProUni impulsiona e estimula a democratização do acesso ao ensino superior. Mediante esse contexto identificou-se que os alunos, em sua maioria acreditam que o ProUni não se preocupa com a permanência do estudante no ensino superior, somente com o ingresso.

Identificou-se que mesmo entre os não beneficiados a maioria acredita que o ProUni promove a democratização do ensino superior, ainda que somente garanta o acesso, isso, mesmo que havendo uma oscilação maior entre concordar ou discordar entre bolsistas e não bolsistas. Analisou-se por meio da pesquisa que os estudantes não bolsistas estão muito mais em dúvida ou discordam das questões aplicadas do que os bolsistas, isso faz acreditar que os não bolsistas não conhecem ou não se interessam pela política pública em questão.

Assim, ao término desse estudo, evidencia-se que a hipótese do mesmo foi confirmada, visto que, conforme a percepção dos acadêmicos do curso de Administração de uma IES particular e catarinense, o ProUni é um programa que promove inclusão social mesmo que não considerando a permanência do bolsista, somente o seu acesso ao ensino superior.

Ressalta-se que uma das pesquisadoras percorreu todas as fases da graduação chegando ao encerramento desta, por ter sido contemplada e receber a Bolsa Integral do ProUni. Enfrentando diversas barreiras cotidianas durante o percurso, nos mais diversos âmbitos, a pesquisadora orgulha-se de concluir a graduação em Administração graças ao auxílio essencial da Bolsa, e em razão desta oportunidade pretende fazer diferença na sociedade brasileira, almejando traçar projetos que incluam tantos outros cidadãos brasileiros que efetuem prestação de serviços humanitários, exercidos com ética, respeito e competências

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Dados e Estatísticas**. Brasília: MEC, 2018
Disponível em: < <http://prouniportal.mec.gov.br/dados-e-estatisticas/9-quadros-informativos>
> Acesso em: 25 out. 2017.

BRASIL. Ministério da justiça secretaria da Justiça da secretaria de direito econômico departamento de proteção e defesa do consumidor. Instituições privadas de ensino superior. Brasília DF 2006 Disponível em: < <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/Cartilha%20-%20Institui%C3%A7%C3%B5es%20Privadas%20de%20Ensino%20Superior.pdf>> Acesso em: 29 out. 2017.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o programa Universidade para todos - Prouni, Regula a Atuação de Entidades Benéficas de assistência Social de Assistência Social no Ensino Superior, altera a Lei Nº 10.891, de 9 de Julho de 2004, e da Outras Providências. **Institui O Programa Universidade Para Todos - Prouni, Regula A Atuação de Entidades Benéficas de Assistência Social no Ensino Superior; Altera A Lei no 10.891, de 9 de Julho de 2004, e Dá Outras Providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm>. Acesso em: 22 set. 2017.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. O Prouni no governo Lula e o Jogo Político em Torno do Acesso ao Ensino Superior. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 96, p.979-1000, out. 2006. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/873/87313708016/>>. Acesso em: 30 out. 2017.

CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? **Editora Ufpr**, Curitiba, v. 1, n. 28, p.125-140, 08 jun. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a09n28>>. Acesso em: 11 set. 2017

CASTRO, Claudio de Moura et al. **Novos cenários no ensino superior brasileiro**. Indaial: Editora Asselvi, 2005. 120p.

CORRÊA, Márcio Donizetti; SANTOS FILHO, José Camilo dos. **Programa Universidade para Todos (Prouni):** Posições Favoráveis e Contrárias ao Programa. Florianópolis: Cigu, 2014.

CUNHA, Maria Isabel da; PINTO, Marialva Moog. Qualidade e educação superior no Brasil e o desafio da inclusão social na perspectiva epistemológica e ética. **R. Bras. Est. Pedag.**, Brasília, v. 90, n. 226, p.571-591, set. 2009. Disponível em: <<http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/474/460>>. Acesso em: 30 out. 2017.

DIAS SOBRINHO, José. Democratização, Qualidade e Crise da Educação Superior: Faces da Exclusão e Limites da Inclusão. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p.1223-1245, out. 2010. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/873/87315816010/>>. Acesso em: 28 out. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

KOLISKI, Celso. **Programa Universidade para Todos – Prouni – Política Pública de Inclusão no Ensino Superior**. E “Empoderamento” de seus Beneficiários na Gestão Universitária em Guarapuava -PR. 2014. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Políticas Públicas, Universidade do Vale do Itajaí - Univali, Itajaí, 2014.

MELLO, Cleverson Molinari; BERGANO, Edmir Aparecido; MELLO, Roseli Aparecida de. **Políticas Públicas de Educação: PROUNI, Conselhos Escolares e Educação a Distância**. Curitiba: Editora Camões, 2009. 148 p.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva:** contextos sociais. Porto Alegre: Artmed Editora S.A, 2003. 264 p.

SANTANA, G. C. da S. **O programa Universidade para todos:** percepções de estudantes de pedagogia do Distrito Federal. 2009. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Brasília. Brasília. Disponível em: <http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5072>. Acesso em: 11 set. 2017.

SILVA, Adriana Pereira dos Santos. **O ProUni e a inserção de estudantes nas instituições de educação superior.** 2013. 29 f. TCC (Graduação) - Curso de Gestão Educacional, Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <[https://repositorio.ucb.br/jspui/bitstream/10869/2683/1/Adriana Pereira dos Santos Silva.pdf](https://repositorio.ucb.br/jspui/bitstream/10869/2683/1/Adriana%20Pereira%20dos%20Santos%20Silva.pdf)>. Acesso em: 28 maio 2018.

SILVA, João Rocha da. **ProUni:** Análise da Eficácia do Programa de Inserção e Capacitação de seus Beneficiários no Brasil. 2017. 30 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Insper Instituto de Ensino e Pesquisa Faculdade de Economia e Administração, São Paulo, 2017. Disponível em: <[http://dspace.insper.edu.br/xmlui/bitstream/handle/11224/1605/João Rocha da Silva_Trabalho.pdf?sequence=1](http://dspace.insper.edu.br/xmlui/bitstream/handle/11224/1605/Jo%C3%A3o%20Rocha%20da%20Silva_Trabalho.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 02 jun. 2018.

SILVA, Heloisa Helena Rovey da; SARRACENI, Jovira Maria. GESTÃO UNIVERSITÁRIA: Liderança e Princípios Pedagógicos. **Universitári@: Revista Científica do Unisalesiano**, Linsano, v. 6, n. 3, p.25, jun. 2012.